

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 2 de maio de 2023 - Ata n.º 34.

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Alexandre Curi** (1.^º Secretário) e **Cantora Mara Lima** (na função de 2.^ª Secretária), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **34.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus,*” iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Mara Lima que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Cantora Mara Lima – REP): (Procedeu à leitura da Ata da 33.^a Sessão Ordinária, de 26 de abril de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 62/2023 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 340/2023**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmento rodoviário que especifica e a transferência desse ao município de Santa Helena;

Mensagem n.º 63/2023 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 341/2023**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Engenheiro Beltrão, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 64/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 342/2023**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Goioerê, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 65/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 343/2023**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Coronel Domingo Soares, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 66/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 344/2023**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Salgado Filho, do imóvel que especifica.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 339/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 89/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.437; **Ofício n.º 340/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 521/2022, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.434; **Ofício n.º 341/2023** do

Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 229/2022, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.435; **Ofício n.º 342/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 34/2021, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.436; **Ofício n.º 998/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família a requerimento da Deputada Ana Julia Ribeiro; **Ofício n.º 1015/2023** da Casa Civil, encaminhando as licitações promovidas no âmbito da Copel no mês de Março de 2023; **Ofícios n.ºs 1055 e 1062 /2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimentos do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1056/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Companhia Paranaense de Energia a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofícios n.ºs 1057 e 1063/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência a requerimentos da Deputada Flávia Francischini; **Ofício n.º 1058/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1059/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1060/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimento do Deputado Delegado Tito Barichello; **Ofício n.º 1064/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofícios n.ºs 1066, 1045 e 1061/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Educação a requerimentos do Deputado Professor Lemos.

É o que continha no Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Umuarama, Sr. Ednei do Esporte, por solicitação do Deputado Gugu Bueno; da mesma forma, do Presidente da Faep, nosso amigo

Ágide Meneguette, e de todos os associados da Faep que estão nas galerias desta Assembleia, agricultores do nosso Estado, que promovem a riqueza do nosso Estado do Paraná. Faremos aqui, antes da abertura dos pronunciamentos, por solicitação do Deputado Guto Silva, hoje Secretário de Planejamento do Estado do Paraná, faremos a entrega de uma Menção Honrosa à Sr.^a Irini Tsouroutsoglou, advogada com atuação no direito empresarial, agronegócio e direito internacional público e Diretora Executiva da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Portanto, **suspendo por instantes a Sessão** e convido a nossa homenageada para receber esta Menção Honrosa.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.
Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ademar Traiano; cumprimento o Líder do Governo, meu amigo Deputado Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; estendo os meus cumprimentos aos demais Deputados, dignos representantes do Legislativo Pátrio; e cumprimento todo o público que está aqui, nossa razão de existir, que bem representamos e que vamos lutar por todos os seus direitos. Podem contar conosco aqui. Estendo os meus cumprimentos aos jornalistas. Vou direcionar em especial, hoje, senhores jornalistas, a minha fala a V. Ex.^{as}, permitam-me assim chamá-los. Está em pauta no Congresso Nacional, na Câmara Federal, com seus 513 Deputados Federais e seus 81 Senadores, o Projeto de Lei n.^º 2.630, que tem como escopo a censura, que tem como escopo a supressão da liberdade de opinião nas redes sociais: *Instagram, Facebook, Telegram*, entre outros. O caso é gravíssimo. Hoje, segundo levantamento que realizei, temos 241 votos favoráveis à não censura, 220 votos à censura e 52 pessoas, 52 Deputados indecisos. A questão, senhores jornalistas, é que o fato

não diz respeito somente a um Projeto de Lei, diz respeito à liberdade de opinião, e quero que V. Ex.^{as} prestem atenção no que vou dizer. Em um passado não tão distante V.Ex.^{as} não existiam, porque não era permitida a liberdade de opinião em qualquer país do mundo. Vivíamos em todos os países ditaduras. Vou pegar o momento histórico, Sr. Presidente, que é a Revolução Francesa, de 1789, para relembrarmos o que é um estado sem direito à liberdade. Se voltarmos aproximadamente 234 anos, estamos falando em 1789, tínhamos a figura do rei na França - como acontecia e como existia em todos os países do mundo, a figura de um ditador, que tinha nele os três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Inexistia, não existia a tripartição dos Poderes de Montesquieu. A liberdade de opinião, Sr. Presidente, não existia na época. Vamos lembrar que o rei dividia o poder com os detentores dos títulos nobiliárquicos. Quem são eles? Os condes, os duques, os barões, que tinham os condados, os ducados, ou seja, que tinham o poder sobre as áreas de terras, enquanto que a Igreja Católica Apostólica Romana dava o poder ideológico de manutenção do *Status quo* do poder dominante. Estamos pensando há 234 anos, Sr. Presidente. O mundo em termos de história se repete, recicla-se e isso está provado pelos historicistas. Hoje vivemos um momento difícil. Vamos lembrar que na época não havia imprensa. Aquele que se manifestasse contra o rei, que era o Estado, perdia a vida. Sabem onde, senhores jornalistas? Em uma guilhotina. A cabeça era decapitada de todo aquele que era contra, que desse uma opinião diversa daquele que detinha o poder. A população, mais de 90% passava fome, sem direito a nada. Existe um filósofo, Michel Foucault, francês, autor da obra *Vigiar e Punir*, mas também autor de uma obra que se chama *Em Defesa da Sociedade*. Dizia ele, senhores, que o rei tinha o poder de deixar viver ou fazer morrer. Vejam a importância dessa frase de Michel Foucault. Por que, senhores? Porque deixar viver ou fazer morrer significa que o rei tem o poder sobre a vida e sobre a morte, que o rei tem o poder sobre a liberdade de opinião, que na época não podia ser manifestada. É muito mais grave do que tirar a liberdade. A liberdade pertencia ao rei. É como, por exemplo, se eu dissesse que a caneta de vocês, Sr.^s Deputados, pertence... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, V. Ex.^a passa a usar o horário da Liderança do União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Perfeito, Sr. Presidente. Obrigado. É como se eu dissesse que a caneta de vocês pertence ao Presidente da Assembleia ou que o Presidente da Assembleia pode tirar a caneta de vocês. O rei tinha o poder de deixar viver. O que significa? Que a vida pertencia ao rei, que a caneta pertence ao Presidente, que sequer vida, sequer liberdade tinha o súdito, Ex.^a. E isso nós vivemos no Brasil, baseado em nossos antepassados, senhores jornalistas, que deram a vida por vocês e por nós também, deram a vida utilizando a filosofia de Jean-Jacques Rousseau no *Contrato Social*, do Barão de Montesquieu na tripartição dos Poderes, no *Espírito das Leis* ou, então, de Cesare Beccaria na obra *Dei Delitti e Delle Pene*. Ocorreu a Revolução Francesa, com a queda da Bastilha, na França e em todo o mundo. Esse momento filosófico e iluminista surge garantindo, Sr. Presidente, a nossa existência aqui na Assembleia Legislativa, porque no passado não poderíamos *parlar*, no passado não poderíamos expor a opinião, porque o poder estava nas mãos do rei. É isso que queremos para o nosso País? O poder voltando para as mãos do rei? É algo que precisamos pensar. Na Revolução Francesa, de 1789, onde ocorreu essa quebra de paradigmas, a fonte, sua origem, no meu compreender, é uma revolução econômica, através dos burgueses, que eram pessoas que moravam em aglomerações humanas, denominadas burgos. Não contentes com a supressão da liberdade, senhores jornalistas, não contentes com a supressão de direitos, eclodiram a Revolução Francesa e, pasmem, decapitaram o Estado, Sr. Presidente da Assembleia, porque Luís XVI e Maria Antonieta foram para a guilhotina e perderam a vida. Então, o Estado foi decapitado, porque se Luís XVI, que é um antecessor, que era o “Rei Sol”, dizia que “o Estado sou eu”, se Luís XVI é decapitado, então o Estado foi decapitado. Foi decapitado por que, senhores jornalistas? Para garantir o direito à liberdade de vocês, de V.Ex.^{as}, que levam a opinião à população, que garantem o direito de o cidadão se manifestar, respondendo obviamente pelos abusos. Por isso, não podemos aceitar qualquer discussão a respeito da liberdade de opinião. Vamos lembrar que a liberdade de

opinião, Sr. Líder do Governo, é um direito de primeira geração ou de primeira dimensão. Sabem por que, Ex.^{as}? Porque a Revolução Francesa tinha como máximas: *Liberté, Égalité et Fraternité*. Qual é o primeiro? *Liberté*. O primeiro é *liberté*, que é liberdade, que se trata das liberdades. Então, toda a liberdade é indiscutível. Não podemos sequer sentar à mesa com alguém que quer discutir a supressão da liberdade. Por quê? Porque tem um vício de origem. Existem direitos que já estão enraizados em nossa sociedade e sequer podem ser discutidos. Hoje tramita esse Projeto de Lei n.º 2.630. Será que precisamos discutir hoje a liberdade? Será que vamos deixar se esvair o sangue daqueles que lutaram por nós no passado? Será que é isso que esperamos? Vamos a um passado mais recente. Vamos pegar a Alemanha nazista, Sr. Renato Freitas, que o senhor diz que a Alemanha nazista é de direita e eu digo que a Alemanha nazista foi um regime de esquerda, Sr. Renato Freitas. Vamos pegar esse regime. Crime na Alemanha nazista era tudo aquilo que ferisse o “são sentimento” do povo alemão. Ora, o que fere o “são sentimento” do povo alemão? Aquilo que o Führer quer que fira. É critério subjetivo. Uma passeata favorável ao Führer não fere o “são sentimento” do povo alemão. Favorável! Agora, contra o Führer? Sem dúvida fere, porque diz respeito, senhores jornalistas, à liberdade, à liberdade como bem jurídico indiscutível. Aqui no Brasil, como de décadas para cá tivemos a liberdade, a liberdade parece com o oxigênio, que não damos valor, que está em todo local e que a impressão que temos é que não precisamos dele, porque sequer o sentimos. É a mesma coisa com a liberdade. Enquanto podemos usar as redes sociais, *Facebook*, *Instagram*, *TikTok*, enquanto a imprensa consegue se comunicar, compreendemos que ela nem necessária é, porque já existe. Mas, ela existe porque a liberdade está presente através da nossa legislação. Então, nesse regime nazista na Alemanha, Sr. Renato Freitas, que como já disse é um regime de esquerda, porque é um regime que suprimia, é um regime que suprimia a liberdade, que suprimia a liberdade de comércio, o Estado era onipresente e onisciente, controlando tudo, e toda vez que o Estado é onipresente o onisciente para mim, Sr. Renato Freitas, é um Governo de esquerda, apesar do embate que tinha com países comunistas. Então, não podemos sequer discutir. Nós, no Brasil,

já temos instrumentos para coibir abusos, temos no Código Penal, senhores jornalistas, a calúnia, a injúria, a difamação. Calúnia é imputar um fato criminoso a outrem; a difamação é macular a imagem; a injúria é aquela ofensa de inopino, sem uma descrição anterior. Já temos os três instrumentos. Qualquer um que se sentir preterido pode pedir instauração de inquérito policial. Não bastasse isso, temos na área civil ação por dano moral, que pode coibir o dano emergente e o lucro cessante, inclusive com valores econômicos, senhores jornalistas. Será que precisamos regular de alguma forma a liberdade de opinião? Será que podemos discutir este bem jurídico tão importante para alguém, como eu que sou democrata? Sequer sento à mesa, Sr. Renato Freitas, para discutir a respeito da liberdade de opinião, porque de tão importante que é esta liberdade eu não aceito discuti-la com alguém que tem um ponto de vista contrário.

Deputado Renato Freitas (PT): Um aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Se tempo houver, lhe darei oportunamente, plagiando as palavras de V.Ex.^a. Então, temos instrumentos, temos instrumentos para coibir, temos instrumentos para fazer valer a vontade da população, a livre vontade da população. Peço aos senhores neste momento, independentemente de ponto de vista político partidário, V.Ex.^{as} que me assistem da Faep, que cobrem dos seus Deputados Estaduais e Federais. Apesar de ser uma pauta federal, cobrem dos seus Deputados Estaduais, porque todo Deputado Estadual tem um vínculo com um Deputado Federal. Cobrem dos seus Deputados Estaduais um posicionamento a respeito do Projeto de Lei n.º 2.630. Não aceitem que a liberdade de V.Ex.^{as} seja suprimida por um Governo que tem uma característica ditatorial. Meu pai se formou em economia aqui na Universidade Federal, foi professor no passado, já falecido, mas dizia uma frase muito comum: *Dá-lhe o bastão, e conhecerás o vilão.* Ou seja, dá o poder ao homem, dá um poder único ao homem, dá um poder imensurável ao homem e você terá um tirano. E isso acontece com todos nós, acontece comigo, acontece com o Deputado Renato Freitas, acontece com qualquer um. Não se pode dar um poder sem controle a qualquer administrador, seja do Executivo, do Legislativo e do

Judiciário. Agora, vamos criar esse Projeto de Lei? Vamos aceitar esse Projeto de Lei que discute a liberdade de opinião? Jamais e em tempo algum! É algo que fere não só o nosso direito, mas o direito dos nossos sucessores, o direito das pessoas do porvir, que um dia estarão aqui e nos cobrarão posicionamento, porque no passado morreram, deram o sangue para garantir a liberdade de opinião, e agora estamos sendo omissos em relação a esse fato. Diga não, jamais e em tempo algum! Liberdade de opinião não se discute. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa da esposa do Deputado Arilson, Sr.^a Jane Reis, e dos filhos Benício e Heitor, que estão aqui acompanhando a Sessão Plenária. Sejam bem-vindos aqui em nossa Casa. Futuro Deputado, não é, Benício? Também do Vereador de Palotina, Sr. Thiago Mostachio, por solicitação do Deputado Adão Litro. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Doutor Antenor. Solicito ao Deputado Turini, por favor, que assuma aqui por instantes a Presidência, para que eu faça uma reunião aqui na sala da liderança.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todas e a todos os presentes, à Mesa. Na minha vivência profissional, como a maioria dos médicos, jamais consegui aprender a conviver, a aceitar a morte de alguém, como é de todo ser humano. A minha primeira experiência profissional, da minha formação, ela se deu no segundo ano, no Hospital Evangélico, em um dos plantões - do segundo ao sexto ano tínhamos plantões semanais - e a primeira vez que tive que dar a notícia de uma morte, e existia uma hierarquia: o sextanista, o residente, os cirurgiões, os ortopedistas que lá estavam de plantão, daí vinha sexto, quinto, quartanista, terceiranista, e os soldados rasos éramos nós, os segundanistas. E a primeira vez que tive que sair para dar uma notícia de morte, e cabia a nós, os inexperientes, que não tínhamos vivência com a dor, companheiro Tercilio, íamos dar a notícia da dor, da morte. E eu, inexperiente que era, me abracei à mãe que chorava e chorei junto. O tempo passou e em muitos plantões vamos aprendendo, mas choramos por dentro, porque essa é uma dor inigualável, não existe outro valor do ser humano que não seja a sua própria vida. Aquilo que se acumula,

aquilo que se corre atrás, aquilo que se quer com veemência que o capitalismo oferta, para que como caminho para a felicidade se esvai em 30 segundos, 10 segundos, um segundo que seja. Eu trago aqui os nomes das pessoas da minha terra que faleceram no acidente brutal na Serra da Esperança: Eloiza Mazutti Bilyk, Tatiana Valer, Rafael Bilyk, trabalhadores do Sicredi de Guarapuava. O casal Eloiza e Rafael deixaram dois filhos. Eu coloco isso aqui baseado um pouquinho nas palavras do Deputado Romanelli na semana passada. O Romanelli falava dos tacógrafos, das altas velocidades dos caminhões. Lá houve um infortúnio, um infortúnio de fato, os freios faltaram ao caminhoneiro e ele tentou manobrar na Serra da Esperança e, infelizmente, houve uma colisão frontal, um acidente brutal, que durante seis horas paralisou aquela rodovia e 30 minutos depois houve outro acidente. Mas, o que fica evidenciado é que... E aí o Deputado Requião Filho apresentou um Projeto, não talvez com a mesma configuração daquilo que temos a expectativa, mas o importante sobre a questão do trânsito, o cuidado com o ser humano, que precisamos de programas que se voltem para a visão institucional, a visão educativa, porque se gastam fortunas no Brasil - o Governo Federal, o Governo Estadual - em coisas que não são tão importantes. Mas, duvido alguém que enfrenta as estradas - como tenho enfrentado para voltar de Guarapuava ou voltar para Guarapuava, lá é minha terra - que não tenha todo dia o desprazer de ver automóveis de transportes de carga pesada em altíssimas velocidades, altíssimas velocidades, e os boys colados na traseira dos caminhões. Pelo amor de Deus, aprendam a dirigir, não precisa ficar colado no caminhão da frente. Isso é uma lei física: quando você está colado está zero a zero; quando você está no espaço posterior, 10 metros recuados - quando você vê está em uma velocidade adequada para ultrapassar - você tira para ultrapassar bem, você se protege. Mas não, parece que estão em uma pista de automobilismo. E é cotidianamente isso, em cada viagem que faço, não tem uma viagem que não tenha um caminhão tombado. Eu duvido que os senhores viagem pelas estradas do Paraná e todo dia não tenha. E aí o Deputado Romanelli colocou essa questão dos tacógrafos. Não é pista de corrida. Não se necessita dessa alta velocidade, a 130, 140 por hora um caminhão. Qual a possibilidade de segurar? Vidas são

ceifadas. As notícias nós, os profissionais de saúde, temos que dar, o socorro temos que prestar, a dor permanece e essa dor não é uma dor qualquer. Muitas vezes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Doutor Antenor, um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Bem, vou concluir então. Essa questão me machucou, machuca a todos, lamento, me solidarizo com a família. Queria colocar aqui, nas palavras do Delegado Tito Barichello: Ah, se houvessem pessoas com esse amor pela democracia durante a ditadura militar brasileira! Ah, como faltou essa gente que lutava pela liberdade de imprensa, essa gente que aceitou Vladimir Herzog em uma masmorra, enforcado e depois acusado de suicídio. Ah, como faltou alguém para proteger a nossa liberdade de se expressar! Esses democratas não estavam lá. Ah, que falta faz! Quantos padeceram, quantos morreram por não poderem se reunir, por não poderem se manifestar, e tiveram vidas ceifadas. Não podemos ter um critério de uma visão parcial. A ditadura foi terrível e destruiu... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Por favor, Deputado, conclua.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Não é a Revolução Francesa o nosso parâmetro, o nosso paradigma. Está logo ali aceitar que *fake news* tem que ser do cotidiano, que ela que tem que construir saberes, que ela tem que ensinar para a nossa juventude que primeiro ela tem que criar o fato, criar uma mentira e depois os outros que corram atrás para resolver. Isso é sofisma. É explicar o inexplicável através das palavras e criar o discurso aceitável pela população. Enquanto que, na verdade, o conteúdo não é verdadeiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Com a palavra, no horário do Pequeno Expediente, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde a todos e a todas. O que me traz a esta tribuna é a preocupação com a política da verdade e da vida. Sabemos do poder dos meios de comunicação - rádio, televisão, as redes sociais - e as possibilidades de informação em tempo real estreitando distâncias, aproximando pessoas e experiências - *Youtube, Twitter, Facebook, Instagram, likes, curtidas, comentários, compartilhamentos*. Entretanto, o que não sai no *Jornal Nacional* não comove, o que não está no *trending topics* do *Twitter* não é visto, aquilo que não se ouve no rádio parece até que não se ouviu. As vozes silenciadas são as principais vítimas de um meio de comunicação monopolizado por algumas empresas, empresários e coronéis. Aqui temos o Ratinho pai, que tem a sua expressão política no Ratinho Júnior. O poder herda o poder, e assim se mantém. Zuckerberg faz fortuna pegando os seus dados e vendendo para o capital privado. As commodities, o que se vende hoje de baciada já nem é tanto a soja, nem tanto o milho, são as informações das pessoas, porque com essas informações na mão você consegue encontrar a melhor mentira, a mais conveniente. Uma mentira sob medida para cada perfil de pessoa. E isso afeta a democracia dos países emergentes, fragilizados, democracias ainda muito novas, como a do próprio Brasil pós 88, depois das garras de uma ditadura violenta, ignorante e sanguinária, a Ditadura Militar. Hoje venho aqui para dizer que o que mais nos espanta não é a capacidade que a mídia tem de pautar, de dizer o que é importante e o que não é. E quando diz operam as *fake news*, que deformam a verdade. Então, mesmo o que é dito é disputado ao calor do acontecimento. Como o senhor acabou de dizer, Delegado Tito, que o Nazismo é de direita. Ora, homem, ora, ora! O embaixador da Alemanha no Brasil, por ocasião dessa fala absurda ser dita pelo Bolsonaro, em Israel, o Diplomata alemão no Brasil desmentiu. A imprensa israelense se sentiu ofendida. É de conhecimento público e notório que o Nazismo aprisionou os comunistas, matou os comunistas, assim como gays, ciganos e judeus. Ora, homem, pense! A política da mentira se estabelece. Mas, a política que mais me incomoda, Deputada Cloara, é a política não da mentira, mas a do silêncio - aquilo que a mídia não fala, que não está nos rádios, os acontecimentos que não viram notícia, as principais vítimas da mentira. Hoje venho trazer uma: A

morte, o assassinato vil e covarde que a Polícia Militar perpetrhou contra um inocente lá em Foz do Iguaçu. Sim, Deputado Tito, pode me filmar. Repito para o senhor: A Polícia Militar de Foz do Iguaçu, de forma vil e covarde, assassinou um rapaz. E isso foi registrado. Mais uma vítima nas mãos da Polícia Militar, que está toda suja de sangue, porque o sangue dos inocentes recai sobre suas cabeças. E isso com a cumplicidade da mídia. Por isso, a mídia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... por isso e por tantos outros motivos, mas principalmente por isso a mídia televisiva ou de rádio, ou de internet, ou das redes de comunicação, todas as redes sociais e mídias têm que ser regulamentadas, têm que se responsabilizar pelas consequências de suas mentiras. E nós aqui devemos ser não serviçais da ignorância, mas devemos ser os porta-vozes da necessidade ao menos da verdade, já que ninguém é o dono da verdade - essa é a mentira mais contada. Mas, devemos ao menos batalhar para que isso ocorra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Tercilio Turini, pelo PSD.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Deputados; cumprimentar também os nossos visitantes e uma saudação especial aos alunos que acompanham os debates, o pessoal da Faep. Sejam sempre bem-vindos. Quero retornar, Deputado Traiano, a um assunto que debatemos muito aqui alguns anos atrás, que é sobre o partilhamento do ICMS da Klabin. No ano de 2012, exatamente no dia 22 de março de 2012, foi assinado um convênio e diz exatamente aqui: *Na presença do Governador do Estado do Paraná, os Prefeitos dos municípios de Cândido de Abreu, Congonhinhas, Curiúva, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Rio Branco do Ivaí, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.* Doze municípios assinaram um convênio exatamente no dia 22 de março de 2012, 11 anos atrás. E o que dizia esse convênio? Esse

convênio dizia o seguinte, que estava sendo discutido um projeto, o Projeto Puma de produção de celulose, que era um projeto da Klabin. Esse convênio foi assinado no momento em que não se sabia ainda onde seria essa fábrica do Projeto Puma. E os 12 municípios assinaram dizendo o seguinte, que 50% do ICMS ficaria com o município-sede, ou seja, onde estaria a fábrica, e os outros 50% do ICMS seriam partilhados entre os outros 11 municípios que assinavam esse convênio. Além do convênio assinado por todos os Prefeitos, reconhecido firma, as Câmaras de Vereadores aprovaram leis autorizando o Prefeito a assinar e concordando com esse convênio. O tempo passou, a fábrica foi instalada em Ortigueira e há cinco anos começou a produzir papel. Naquele momento, alguns meses antes, o município de Ortigueira, a Prefeita da época mandou um Projeto de Lei para a Câmara de Vereadores, rompeu o convênio, rompeu o convênio e desde aquele momento, há cinco anos, todo o ICMS, que são milhões e milhões de reais, fica única e exclusivamente para o município de Ortigueira. Os demais municípios em que os Prefeitos incentivaram a produção de madeira, a plantação de pinus, eucalipto... A Klabin é favorável à distribuição, quer que seja feita a distribuição, porque ela fez muitas parcerias com produtores, ela comprou muitos terrenos e os municípios ficaram no prejuízo. Os outros 11 municípios perderam áreas que eram áreas de agricultura, áreas de pecuária e ficou tudo hoje plantação de madeira. Quem anda na região aí de Curiúva, anda na região de Sapopema, anda na região de Tibagi, de Telêmaco Borba, predominantemente é madeira. Os municípios, que eram para ficar melhor, ficaram mais pobres. Então, na próxima terça-feira, vamos fazer uma reunião aqui, com a presença do Secretário Deputado Federal Ricardo Barros, porque vamos tratar com os Prefeitos, os 11 Prefeitos dessa questão que vamos discutir inclusive na reforma tributária, porque a legislação federal, infelizmente, não protege isso. Precisamos fazer uma alteração na legislação federal, mas vamos retomar esta discussão, porque às vezes os Prefeitos ficam andando de gabinete em gabinete, tanto aqui como em Brasília, para receber às vezes uma emenda de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, R\$ 500 mil e eles acabam... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): ... e eles acabam perdendo alguns milhões de reais que poderiam ter em função do Projeto Puma da Klabin. O dinheiro infelizmente está ficando tudo para Ortigueira, que tem um recurso enorme, e os outros municípios estão assistindo de longe, e precisamos chegar a um acordo. Então, na terça-feira, faremos uma reunião para retomar o debate desse assunto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): No Pequeno Expediente, acaba de solicitar a inscrição, Deputado Artagão.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados. Este parlamentar tem, já há algumas Sessões, falado sobre a nossa preocupação com relação à questão de Paranaguá, sobre o vazamento de nafta e sobre as providências adotadas pela empresa causadora do problema e também sobre o processo como um todo. Recebi algumas informações, Presidente, que foram seis residências, girando em torno de 40 a 50 pessoas que ficaram duas semanas fora das suas casas. Duas semanas! Alguns aspectos muito delicados chegam ao nosso gabinete, informações que ainda não estão confirmadas, mas que dizem respeito a uma série de falhas e problemas inerentes a todo o processo. E esta Casa precisa acompanhar, precisa fiscalizar, precisa se posicionar para que não tenhamos, novamente, aquilo que tivemos no passado com relação à explosão do Navio Vicuña. O vazamento de nafta é preocupante. Os dutos que inicialmente foram apresentados no projeto não correspondem àqueles que lá estão. São dutos distintos daqueles que foram apresentados e aprovados no projeto. As empresas, uma vez que acontece o problema, elas se envolvem na proteção de bons advogados, o processo se arrasta e as medidas não são adotadas. Presidente, então a minha preocupação é clara no sentido de ver como fazer para corrigir os problemas que estão postos, que foram provocados por conta do vazamento de nafta. E, também, deste Parlamentar e de V.Ex.^a e do Deputado Alexandre Curi, o projeto de prevenção, medidas que sejam necessárias e fundamentais para anteciparmos os problemas. Apresentamos aqui um projeto no sentido da exigência de contratação de empresas especializadas no

acompanhamento de todo e qualquer processo de transferência de óleos de qualquer natureza - óleo combustível, óleo tóxico. Inclusive, diz o Deputado Maurício, óleos de natural essência. Já existe em outros estados brasileiros projetos que trazem a obrigação dessas grandes empresas, dessas grandes firmas, dessas grandes operadoras dos portos, a obrigação de contratação de empresas especializadas para situações de risco ou situações de vazamento. Empresas que tenham o atendimento de pré-requisitos, requisitos esses dos órgãos ambientais, dos órgãos de fiscalização, dos órgãos municipais, dos órgãos estaduais; empresas que possam, em caso de vazamento, em caso de problemas, agir com eficácia e velocidade para minimizar os problemas. Presidente, não podemos mais ficar à mercê da boa vontade de um grande empresário ou da presença firme e efetiva do Ministério Público, depois que o problema aconteceu. Por isso, Presidente, me associo a V.Ex.^a, ao Deputado Alexandre Curi, na apresentação desse Projeto, e entendo necessário quem sabe, Presidente Traiano, a realização de uma audiência pública, para que possamos ouvir o Porto de Paranaguá, para que possamos ouvir os agentes portuários, para que possamos ouvir a comunidade litorânea, para que possamos ouvir os especialistas da área. Até que ponto é importante... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, tem um minuto para concluir.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Até que ponto é importante termos medidas objetivas no sentido de impor obrigações, porque essas empresas trabalham com muito dinheiro, essas empresas trabalham com muitas pessoas, essas empresas são importantes para o Estado do Paraná e para o Brasil, mas também essas empresas devem ter obrigações e evitar danos ambientais, evitar danos sociais e a minimizar, eventualmente quando esses danos possam acontecer. Por isso, Sr. Presidente, não só apresento um projeto associado a V.Ex.^a, mas como entendo ser importante, no momento oportuno, que façamos uma audiência pública para debater com os agentes especializados, de tal forma

que possamos aprofundar o debate e apresentar uma lei eficaz e que atenda os anseios da sociedade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, V.Ex.^a, se entender necessário, já pode solicitar a Audiência Pública. É claro que um tema dessa complexidade há a necessidade de chamar aqui para participar de um evento como esse os técnicos especializados, ouvir enfim o próprio Porto de Paranaguá, o IAT. É um tema que já tomamos conhecimento, já Lei idêntica a essa tramita e está em fase de aprovação em São Paulo, no Rio de Janeiro e a sua preocupação realmente é plausível.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Agradeço, Presidente, a Audiência Pública. A comissão Especial de Investigação vamos discutir aqui com esta Casa, implementando na medida em que este parlamento assim entender importante e necessário, mas estaremos lembrando sempre que necessário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, no Grande Expediente, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde, Presidente e colegas Deputados. Subo nesta tribuna mais uma vez para tocar em um assunto já falado hoje pelo meu amigo Deputado Tito Barichello, que é a respeito do abuso de autoridade do Governo Federal em usar o Ministro da Justiça e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, para constranger o *Google* e outras empresas privadas que estão se posicionando contra o PL n.^o 2.630, que é a Lei da Censura. Inclusive, impôs medida cautelar ao *Google Brasil*, com aplicação da multa de R\$ 1 milhão por hora por manifestações contra o Projeto de Lei. Bem, quem quer que o PL da Censura vire lei no Brasil simplesmente tem um lado, e esse lado não é o da livre opinião e muito menos o meu. E é fácil identificar os motivos. O PL da Censura privilegia a grande imprensa e os seus chefes, pois toda publicidade feita nas plataformas de redes sociais migrarão para os grandes conglomerados de mídia, que serão os escolhidos como censores da verdade absoluta, ou seja, o livre debate das ideias morrerá no Brasil, como já vem

acontecendo dia após dia. O PL tal como está vai criar a figura do censor e pior: escolhido pelo Governo Federal. Lógico, pelo Conselho da Transparência. O que dirá desse conselho então, não é, Delegado? A informação passará a ter lado e esse mal permitirá que os censores do Governo petista, padrinho da lei, possam aplicar multas milionárias contra as grandes empresas de tecnologias e provedores que sigam a sua opinião. Cada multa é de até R\$ 100 mil. Bom, não tem como não registrar também que além do flagrante risco de censura, a briga sobre o PL 2.630, caros colegas, é uma manobra utilizada pela grande imprensa para retomar o controle do monopólio da informação. Vejam, hoje temos sites independentes que questionam os chefes do poder, eles serão afetados e poderão ser banidos por critérios ideológicos. Outra questão que está sendo passada despercebida e é extremamente perigosa, se não a pior: a questão das ferramentas de censura, a de esconder os conteúdos por ferramentas de busca. Imaginem então que, daqui a pouco, não vamos conseguir nem mesmo encontrar a palavra “Laja Jato” por ser de interesse do atual Presidente e de vários amigos dele que essa história seja esquecida. Fica claro que isso será usado para blindar pessoas e interferir no fluxo das comunicações, o que já é feito dia após dia na Presidência. Bom, o Brasil corre para os braços de um sistema de controle da liberdade de expressão e da Internet sem qualquer precedente, todos têm assistido isso também diariamente. Já estamos vacinados. Eu tenho um exemplo disso dentro de casa, onde o meu marido, Delegado e Deputado Estadual Fernando Francischini, foi punido por um crime que simplesmente não existia no Código Penal Brasileiro, cassado no exercício do mandato, e não só isso: foi condenado a oito anos de inelegibilidade. Imaginem agora, com o PT no poder e com a aprovação dessa lei absurda. Também quero destacar que temos assistindo a noticiários e temos o conhecimento que decisões semelhantes à censura têm acontecido diariamente e o que nos preocupa, Delegado Tito, é o senso de normalidade nessas decisões e quem as dá, quem as profere. A sensação de que não podemos mais reclamar, contestar, utilizar os remédios jurídicos constitucionais de direito existentes, a sensação é desesperadora. Bom, finalizando, gostaria aqui só de relembrar da fala da semana passada do

Presidente Lula, quando comparou as pessoas com deficiência a pessoas com falta de parafuso. De repente, a censura poderia ser usada ali, naquele momento, uma vez que tínhamos, inclusive, um ministro sentado ao lado do Presidente Lula, na hora que ele falou uma atrocidade daquelas. Bem, seguirei trabalhando contra o PL da Censura e qualquer iniciativa que represente uma ameaça à liberdade e aos brasileiros. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, pelo Republicanos, Deputada Cantora Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas e população paranaense. Tenho dois assuntos hoje, Sr. Presidente. Acabei de ouvir a Deputada falando sobre o PL da *Fake News*. Sim, é verdade que nos preocupamos com as redes sociais, que nos preocupamos realmente com as mentiras, mas também nos preocupamos e muito quando há uma censura, não é? Alguém me perguntou qual era a minha posição e deixo aqui a minha posição: a verdade vem à tona quando é exposta e não quando é censurada. Por isso, acho que temos que ter equilíbrio nas decisões, e essa PL tem que ser cuidada para que não haja nenhum exagero e nós pertermos a nossa liberdade de expressão, de poder se comunicar. Isso temos que cuidar. Vivemos momentos muitos perigosos. Outro assunto que me traz, Deputados, é o mês de maio, que é dedicado ao combate à violência sexual de crianças e adolescentes, e existe uma campanha nacional que se chama *Maio Laranja*. Eu uso esta tribuna para dizer o seguinte: esse assunto é delicado. Nem todo mundo quer falar sobre isso nas suas redes sociais, mas é preciso falar. O abuso sexual de crianças e adolescentes nos chama atenção nesses últimos dias, Cloara. A morte de uma menina de 11 anos de idade pelo seu padrasto, em Guariqueçaba, no litoral do Paraná, chocou todos aqui no Estado do Paraná e no Brasil, e por que não dizer o mundo. A menina foi encontrada, um dia depois de ter desaparecido, com sinais de agressão sexual e já confessado pelo seu padrasto. No final de semana, outro caso monstruoso no Espírito Santo, Deputado Arruda. Uma menina de dois aninhos foi encontrada morta, com indícios de estupro, e os pais os principais

suspeitos. É difícil imaginar tanta atrocidade. Aconteceu dentro de casa, lugar onde essas crianças deveriam estar protegidas, onde deveriam ser cuidadas e amadas. No Paraná, Deputados, a cada 34 minutos, um caso de violência contra criança e adolescente é notificado. Mas, esse número pode ser ainda maior! Ninguém conhece um pedófilo porque está escrito na testa dele, nem o abusador: *Eu sou abusador. Eu sou pedófilo.* O pedófilo e o abusador podem estar em todos os lugares, dentro das Casas de Leis, dentro das Igrejas, no nosso recinto de trabalho e dentro de casa; o pedófilo pode ser pai, também pode ser mãe, pode ser padrasto, pode ser babá, pode ser alguém que a criança confia. Por isso, nesta tribuna, venho reforçar o alerta aos pais e a todas as pessoas que denunciem qualquer sinal suspeito. A denúncia pode salvar a vida de uma criança inocente. Essa menina de Guariqueçaba já estava dando sinais, ela não suportava mais o abraço do padrasto, ela rejeitava e a mãe não prestou atenção nisso. Sou autora da Lei que instituiu o dia 18 de maio como o *Dia Estadual do Combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes*, Lei n.º 17.493/2013. Pouco ouço falar dessa lei no Estado do Paraná, não vejo ações, porque só falar não adianta, as leis precisam ser efetivadas e regulamentadas, denunciadas, o que pode ser feito de maneira anônima, pelo 197, da Polícia Civil, e o 181, do Disque-Denúncia, e se a violência estiver acontecendo naquele momento você pode ligar imediatamente para o 190. Tenho certeza absoluta de que os Deputados que estão aqui também se preocupam com as nossas crianças. É coisa séria, gente! Precisamos ser todos, sim, contra a pedofilia e contra o abuso. Sei que não é um assunto agradável, sei que é muito difícil subir na tribuna para falar de um assunto deste, Deputada Márcia, porque é muito delicado, mas nós que somos avós, nós que somos mães, você que está me ouvindo do outro lado agora através da nossa TV, aqui tem uma Deputada preocupada, aqui tem alguém que se preocupa com as nossas crianças, e tenho certeza de que os Deputados aqui também. Meu coração realmente fica dilacerado de ver acontecerem tantas coisas que parece que são impossíveis ao pensamento humano que possam acontecer. Então, esta voz mansa desta Deputada nesta tarde, que pouco grita da tribuna ou nunca grita, ela tem uma voz de consciência,

uma voz meio didática, meio de professora, mas uma voz que pede encarecidamente aos Deputados que levantem junto comigo esta bandeira e digam não ao abuso das nossas crianças e dos nossos adolescentes e, por amor à vida, mais uma vez, usei esta tribuna e peço um alerta a todos os pais, não só neste quesito, mas também através das redes sociais, onde estão usando também a inteligência artificial para, de alguma maneira, haver um estupro virtual contra as nossas crianças e adolescentes através da Internet e das redes sociais. Muito obrigada, Deputados. E vamos fazer valer este mês de maio falando muito, incansavelmente, por amor às nossas crianças. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Gugu Bueno, pela Liderança do PSD. O Deputado Gugu não se faz presente. Deputado Professor Lemos, pela Liderança do PT. Deputado Lemos, V.Ex.^a tem a palavra. O Deputado Gugu não está presente, então vamos na sequência aqui.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas; quero aqui também cumprimentar todas as lideranças que estão acompanhando esta Sessão, vejo aqui representação da agricultura, lideranças da Faep presentes na Sessão, o nosso cumprimento; cumprimentar a população que acompanha a nossa Sessão através da TV e também das demais redes sociais da Assembleia. Recebemos hoje aqui na Assembleia o sindicato que representa os servidores do Poder Judiciário, o Sindijus, recebemos também o sindicato que representa os servidores do Ministério Público e junto estavam também lideranças da APP-Sindicato. Então, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, os servidores de todos os Poderes estão muito preocupados porque a data-base, que é lei no Estado do Paraná, é para maio, 1.^º de maio. Então, o salário de 1.^º de maio de cada ano já tem que ser corrigido pelo menos com a inflação, mas já são mais de seis anos que os salários dos servidores não têm tido a correção da inflação. Alguns Poderes corrigiram em parte, mas o Poder Executivo foi o que menos corrigiu os salários dos servidores. A diferença é grande, já chega a 42% a defasagem dos últimos seis anos nos salários dos servidores do Poder Executivo.

Os demais Poderes também têm perda salarial. E é por isso que a Constituição Brasileira assegura que todo trabalhador, todo ano, na data-base, tem que receber no mínimo a inflação do ano anterior, do período anterior, para manter o poder de compra. O bom seria ter ganho real, aumentar acima da inflação, mas quando não se pode aumentar acima da inflação, dando ganho real, pelo menos corrigir a inflação. E é exatamente isso que os servidores que são dirigentes, que representam os demais servidores de todos os Poderes têm comparecido aqui na Assembleia, em várias reuniões, pedindo socorro, para que o Poder Legislativo ajude os servidores nesta importante demanda - que é a demanda para manter os salários do mesmo tamanho, para manter o poder de compra, porque tudo sobe, subiu tudo, mas não subiram os salários. Isso vale para quem está na ativa e para quem está aposentado. E com relação aos servidores no último período, inclusive em 2019, no final do ano teve a reforma da previdência, que aumentou a alíquota de contribuição previdenciária, reduzindo o salário que cai na conta do servidor. Para os aposentados ficou pior, porque, além de aumentar a alíquota, tinha uma fração do salário que não era tributado e que passou a ser majorado. Todos os trabalhadores do Brasil que recebem do INSS, por exemplo, os aposentados são isentos de pagar previdência até o teto do INSS, que é o tamanho do salário, que hoje é R\$ 7.512,49. Mas, os servidores do Paraná passaram a pagar previdência também da fração, que virou teto, prejudicando ainda mais quem está aposentado, quem está aposentada. Houve uma redução de salário. Ao contrário de ter correção do salário, o salário foi reduzido no Paraná, literal e nominalmente. Então, não foi só a perda do poder de compra, diminuiu o tamanho do salário líquido todo mês na conta dos servidores. Isto vale para os servidores civis e os servidores militares. Os aposentados militares, então, perderam mais os que estão na reserva. Então, há uma injustiça que precisa ser reparada. O Governo do Paraná dispõe de dinheiro, tem um superávit a cada ano que termina. O superávit terminado em dezembro do ano passado terminou dezembro com mais de 17 bilhões em caixa. A previsão é de que termine 2023 também com mais de 10 bilhões em caixa. Então, há dinheiro e tem margem fiscal também, porque existe um limitador, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que não se

pode gastar mais do que 49% com folha de pagamento do Poder Executivo, por exemplo. Também tem um limite de prudência, que é 46.55, que já está abaixo de 40%. Então, tem margem fiscal, tem margem financeira, tem margem também orçamentária e tem sobra de caixa. Este ano, por exemplo, o Governo fez uma estimativa de orçamento. Vai arrecadar mais, pelo menos 9% a mais do que ele previu. No ano passado, o Governador pôde contabilizar e noticiar que arrecadou 16% a mais do que estava prevendo arrecadar, porque a receita do ano passado foi 16% maior do que 2021. A receita deste ano deve chegar entre 9% e 10% a mais do que arrecadou no ano passado. Então, as contas do estado estão indo muito bem, mas os servidores que são os funcionários, que cuidam da saúde, que cuidam da segurança, da educação, que cuidam lá da agricultura, que estão lá na Secretaria da Agricultura, que estão lá na Secretaria do Meio Ambiente, na Secretaria de Justiça, na Secretaria da Mulher e da Igualdade Racial. Em todas as secretarias temos servidores e servidoras, que são concursados, que são de carreira, e têm também aqueles com contrato temporário, que recebem um salário ainda menor. Então, é muito importante que o Governo pague o que deve, porque a população paga os impostos e quer serviços públicos de qualidade, e para ter serviço público de qualidade é preciso valorização dos servidores do Estado do Paraná, tanto valorizando com um salário justo, com carreira adequada, quanto cuidando da saúde desses servidores. Quero, mais uma vez, falar da preocupação com o sistema de saúde do servidor do Estado, que é o SAS, que é um sistema que não cobre o tratamento dos servidores. Por exemplo, para diagnóstico ele não paga, Doutor Antenor, V. Ex.^a que é médico. O SAS não paga ressonância magnética e isto é um problema; não paga também outros exames para diagnosticar e tratar; não paga órteses e próteses. Vocês imaginem que não paga *stent*. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Professor Lemos, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Não paga órteses e próteses e não paga exames. Há poucos dias, um professor de

Cascavel, que é muito conhecido lá, uma liderança importante, já foi vereador, enfartou e foi para o SAS e daí ficou dias lá esperando, porque o SAS não paga para pôr *stent*. Ele precisava colocar *stent* e aí teve que ir para o SUS. Se fosse pelo SAS não teria feito, ele poderia ter já ido a óbito. Então, isso está errado. Agora, mais recentemente, tomamos conhecimento de um professor que precisa fazer ressonância magnética do joelho, nos dois joelhos. Ele está andando de muletas. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para concluir, Professor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. E não pode fazer. O SAS não paga e ele foi para a fila do SUS. O SUS respondeu lá na fila: *Olha, tem uma fila grande. Vai ter que esperar...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Não consegue dar aulas em pé, ele tem que ficar sentado. Não consegue ir ao quadro para dar aulas. Está errado e é preciso corrigir isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, pela liderança do PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas e Deputados, todos que nos acompanham aqui na Casa e também pela TV *Assembleia*. Primeiramente, quero aqui cumprimentar todas as pessoas que trabalham na agricultura em nosso Paraná, tanto o pequeno, como o médio e como o grande trabalhador da agricultura, do agronegócio, que é o carro-chefe do nosso Brasil e o carro-chefe do Paraná também. Parabéns a todos os agricultores. Aproveitando, quero aqui cumprimentar e parabenizar a população de Ribeirão Preto, que recebeu no dia 1.º o nosso Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro. O aeroporto lotado dentro e fora de patriotas e brasileiros com a camisa verde e amarela, que foram lá homenagear o Presidente, que foi recebido com muito

carinho, como é recebido em qualquer lugar do Brasil e em qualquer lugar do mundo. Também cumprimentar aqui a feira, a *Agrishow*, que é a maior feira do agronegócio da América Latina, feira essa que gera 1,5 bilhão de negócios para o Brasil. Lamentavelmente, o Ministro da Agricultura do Governo Lula teve a infantilidade, a irresponsabilidade de mandar retirar o patrocínio do Banco do Brasil à *Agrishow*, porque ele se sentiu ofendido, ele se sentiu desconvidado, porque o Presidente Bolsonaro foi convidado também como Ex-Presidente, como um homem que lutou e defendeu o agronegócio durante quatro anos. Aí pergunto: Que Governo é este que acha que o bem público pertence a ele? Quer dizer, não me agradou, não brinco mais. Levo a bola embora do jogo. Que Governo patético e infantil! Que lamentável isso! Mas, a feira não perdeu o brilho, o Presidente foi lá recebido por milhares e milhares de pessoas, rodou a feira inteira, junto com o melhor Governador que São Paulo já teve, o Ex-Ministro Tarçísio, que vem fazendo uma excelente gestão. Então, parabéns à população de Ribeirão, parabéns à *Agrishow*, parabéns aos patriotas que com muito orgulho receberam o Presidente mais amado do Brasil. Agora quero falar do PL 2.630, o *PL da mordaça*, o *PL da censura*, o PL que quer tirar de nós o direito de nos expressar via redes sociais. A que ponto chegamos! Qual é o medo de se expressar? *Ah, mas tem gente que fala fake news, que mente.* Ora, alguém mente mais do que o Lula? Alguém já viu alguém mentir mais que o campeão de *fake news*? Não existe no Brasil mentiroso contumaz igual ao Lula. Toda a campanha dele eleitoral foi uma mentira, não cumpriu uma sequer promessa de campanha, como sempre o faz. Aí querem montar essa lei dizendo que é para o bem da sociedade. E, pasmem, quem vai escolher a equipe para dizer o que é verdadeiro e o que é mentira? A equipe que o Lula montar. Parece piada, não é, gente? Parece piada. O campeão de *fake news* quer montar uma equipe para dizer o que é *fake news*. Óbvio que eles vão inverter: a verdade vai virar mentira, a mentira vai virar verdade. Quais países controlam a mídia? China, Cuba, Venezuela, Nicarágua e tantos outros países onde tem governo ditador, e querem aqui fazer igual no Brasil, porque hoje temos um ditador no comando, chamado Lula, ou podemos chamar também, aí posso chamar, vou chamar daqui a pouquinho o que acho,

mas tudo bem! Enfim, isso aqui realmente é o cúmulo. E essa esquerda sempre fala: *Ah, os patriotas fazem movimento antidemocrata.* Nós, patriotas, que vamos às ruas de verde e amarelo, cantamos o hino, oramos, expressamos nossa opinião somos antipatriotas, antidemocráticos; e eles, que querem nos censurar, são os democratas. Da mesma maneira que o Governo PT, Lula, bate palmas para o ditador de Cuba, de Venezuela, da Nicarágua, da China, que para eles, para o PT aquilo é democracia, e aqui é uma ditadura ou, melhor, não era, agora está se tornando uma, está se tornando uma “democracia” igual da China, Cuba, Venezuela. É o que ele quer fazer no Brasil, mas não vai conseguir. Vamos cobrar os Deputados Federais, vamos dar o nome, vamos cobrar aqui, porque eles não podem votar um Projeto feito por esquerdista comunista, que quer calar a voz do povo, porque a esquerda, com o dinheiro, nosso dinheiro, está comprando a grande mídia. A grande mídia nunca vai falar mal dele, mas eles não conseguem comprar o povo brasileiro, que usa as redes sociais para falar a verdade, e querem nos calar. Não vamos permitir. Se tiver que ir às ruas milhões de brasileiros pacificamente, como sempre fomos, iremos às ruas exigir a nossa liberdade, que não pode ser calada de jeito nenhum. Vi o meu colega outro dia aqui, Deputado Arilson, dizer que o Presidente Bolsonaro diz *fake news*, que o TSE o multou. Óbvio que o TSE só multou ele, porque o TSE trabalhou para quem na campanha? Foi para o Lula. Tudo o que a nossa campanha colocava, eles mandavam tirar. Colocavam o Lula falando que era a favor do aborto, não podia pôr. Enfim, que era a favor de ditadura, não podia pôr. O que fez a Ministra da Saúde do Lula? Acabou com o acordo que tínhamos de proibir o aborto no Brasil. Então, o Lula é a favor do aborto; não era *fake news*, era verdade. Se a lei já estivesse aprovada, hoje quem falasse isso poderia ser preso ou multado em milhões. Querem calar a verdade, querem manter a mentira em alta. Não podemos permitir. Deputado Arilson, com todo respeito desse colega que esteve naquela tribuna defendendo veementemente o Lula e seu Governo, concordo que o senhor tenha que defender, o senhor é Presidente do PT, é obrigação defender e ainda elogiar, mas é defender o indefensável, defender o pior Governo que o Brasil já teve, que mostrou em 100 dias a vergonha, o despreparo, as mentiras,

um Governo que em 100 dias não fez nada de útil, zero, além, lógico, de gastar o cartão corporativo. Lula gastou em 100 dias ou em quatro meses 12 milhões nos cartões corporativos, gastou metade do que um ano inteiro de Bolsonaro. Esse é o “pai dos pobres”, gente, olha lá! Governo que mais viajou e mais viajou inutilmente, não fez nenhum acordo importante - fez acordo sigiloso na China, falou bobagem, fechou as portas dos americanos, que falou mal. Falou mal dos europeus, fechou a porta. E foi lá na Espanha. E sabem o que ele falou na Espanha, gente? Que os empresários não devem investir no Brasil, que não é o momento, que invistam fora. Como um Presidente da República, em sã consciência, fala uma bobagem dessas? Esse homem tem ódio do Brasil, porque ele foi preso, ele não aceita porque foi preso; só foi preso porque roubou, simples, como qualquer outro bandido, e não aceita isso e tem ódio do povo. Que lamentável este desgoverno do Lula, gastando fortunas, levando comitivas de 70 pessoas, ficando hospedado nos melhores hotéis, enquanto o Presidente Bolsonaro ficava no quartel, ou no Consulado, ou na Embaixada, ou ficava em hotel até três estrelas. Essa é a nossa diferença, de um Presidente que respeita o dinheiro público, que ama o povo, de um Governo que tem ódio do povo, que não respeita o povo, que não respeita o dinheiro público. Então, esse PL não pode ser aprovado, isso é censura. Já vivemos hoje uma ditadura do Judiciário. Vejam o Ministro Alexandre de Moraes, ele levou uma proposta para ser colocada no projeto. Sabem por quê? Ele quer legitimizar as arbitrariedades que cometeu usando o tal processo da *fake news*, que não existe lei para *fake news*. Então, ele quer agora legitimizar um erro que cometeu, sabe que cometeu e que é muito grave o que fez. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. É muito importante a união de todo o povo brasileiro de bem, que quer continuar vivendo em uma democracia, lutarmos muito para não permitir essa aprovação. Este é o grande feito do Governo Lula: calar a boca de todos nós brasileiros, e só vai ecoar a voz dele e da

mídia que ele compra. Isso que ele quer fazer. Cuba, Venezuela, Chile e China já fizeram e está lá o povo sofrendo sem direito nenhum. Não vamos permitir isso. Como dizia o nosso Ex-Presidente Bolsonaro, não tem bem maior, Presidente Traiano, do que a nossa liberdade, sem liberdade não há vida. Então, fica aqui esse recado, a nossa luta, e esse cachaceiro do ABC não vai conseguir implantar isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Boa Vista Aparecida, Sr. Leonir dos Santos, e do Vereador, Sr. Cesar Debono, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. Sejam bem-vindos. Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, gostaria de responder o Deputado Arruda com três segundos de silêncio. É a morte, é a morte, é a morte da violência, é a morte da agressão, é a morte do ódio e da intolerância. Esse tipo de atitude comportamental mancha a imagem desta Casa, que tem Projetos importantes para discutir, que tem tanta coisa positiva para fazer. Hoje estão aqui os agricultores, setor importante, que mexe com o nosso PIB, produz e gera emprego, em defesa de Projetos que vão ao encontro deles e do nosso Paraná. É sobre esse tipo de atitude que temos que fazer. Preparei-me para falar aqui hoje, Presidente, do pedágio. O Governador anunciou que amanhã vai assinar o termo de cessão do convênio dos pedágios em Brasília. Pedágio que há mais de 600 dias esse termo era para estar assinado e não esteve. E estou aqui hoje, já está à disposição dos Deputados para assinarem um Requerimento, um envio de expediente para que o Governador atentamente leia, antes da delegação das rodovias estaduais para o Governo Federal. Todos sabem que nossas estradas estão em condições precárias e todos sabem da necessidade de corrigir isso para a segurança, para a trafegabilidade e para a economia. Mas, não podemos esquecer os 24 anos de pedágio caro e abusivo, que matou o Paraná, principalmente o Interior do Estado, que traz a produção para o Porto, por exemplo. O pedágio mais caro do Brasil, o pedágio que não entregou as obras, o pedágio que foi eivado de corrupção e que foi símbolo nacional de uma imagem

negativa para o Estado do Paraná. Várias coisas aconteceram e agora, nesta delegação é o momento de se resolver. Em 2021, aprovamos aqui uma lei que autoriza o Governo do Estado a ceder as rodovias para o Governo Federal - na época eu era Líder da Oposição e o Deputado Hussein Bakri era e é o Líder do Governo. Naquele momento fizemos várias emendas para melhorar a lei, mas a resposta que tinha aqui, Deputado Tercilio, Deputado Evandro, era que aquilo não era o momento de contemplar, mas que no convênio de delegação das rodovias devia ter cláusulas de defesa do Paraná. Uma delas diz respeito às praças de pedágio em municípios que possuem o pedágio dentro da sua territorialidade: Corbélia, Lapa, Balsa Nova, São Luiz do Purunã. É neste momento da delegação que o Governador tem que cobrar uma cláusula contratual não deixando ter pedágio, e que a população de Mariental, por exemplo, que vai ao centro da Lapa pague pedágio. É nessa cláusula que a Estrada Terra Roxa, de Mandaguari, que permite o acesso entre Marialva e Mandaguari, deixe as pessoas passarem sem cobrar pedágio. É nessa delegação, amanhã, que o Governador tem que se lembrar do que foi produzido por esta Casa nas Audiências Públicas e nos anseios colhidos da população paranaense. Para além disso é cobrada a reversão, ou seja, seja refeito o redesenho da localização das praças e principalmente uma revisão das 15 novas praças de pedágio. Não dá para colocar uma praça de pedágio entre Cascavel e Toledo, onde está lá, Deputado Gugu, uma praça que vai prejudicar Toledo e Cascavel, de uma rodovia já duplicada. O Deputado Marcio Pacheco e o senhor, que são representantes daquela região, têm que se juntar neste movimento do Paraná e exigir que essa praça seja revista. Assim como a praça que liga Mauá da Serra a Londrina, que tem obra de duplicação sendo feita com dinheiro do Estado e agora querem colocar outra. Ou na BR-376, no trecho de Apucarana a Mauá da Serra, vai ser criada uma nova praça com qual finalidade, se lá já está duplicada a pista? Tem que ser amanhã, na assinatura da delegação, que tenha cláusulas do convênio que defendam o povo do Paraná. Também tem que ser discutida a gratuidade – têm situações em cidades que precisam rever essa questão. Precisamos que amanhã, nessa delegação, – e aqui quero fazer uma cobrança – seja revista a questão das comunidades tradicionais.

Por exemplo a comunidade quilombola e outras, que estão sendo prejudicadas em uma cobrança de pedágio dentro da sua própria cidade. E mais do que isso, tem muita praça de pedágio para ser criada que vai prejudicar a nossa economia, que vai encarecer a soja, que vai encarecer o milho, que vai encarecer o trigo, que vai encarecer o pão, que vai encarecer a farinha, que vai encarecer a nossa vida. Porque não paga pedágio só o carro que passa lá, não é só o carro que paga, a nossa camiseta paga pedágio, o nosso boné paga pedágio, o nosso remédio paga pedágio, a nossa vida paga pedágio. Claro que precisamos de um pedágio com tarifa baixa, que garanta as obras e que seja transparente. E avançamos, avançamos bastante, e esse é o ponto positivo que quero colocar aqui. Do pedágio encontrado no dia 1º de janeiro, deixado pelo Ex-Presidente da República e pelo Governador, as tratativas que tiveram em Brasília de janeiro para cá fizeram boas mudanças. A primeira delas é que empoderou o Estado do Paraná e o Paraná vai ter presença no Conselho de Gestão - não tinha essa resolução no Governo passado. Mais do que isso, o modelo que tinha sido colocado lá, a cada 1% de lance dado na licitação, cobrava-se R\$ 10 milhões da empresa que participasse; a partir de 10%, era 15; e mais de 20% eram 30 milhões por ponto percentual. Ou seja, fazia até menos concorrência, porque eram só os grandões que iriam participar, e o preço do pedágio iria ficar mais caro. Fomos lá seis vezes, a Frente Parlamentar do Pedágio, representando esta Casa. E o que aconteceu? Foi do 1% para o 12% e agora será 18%, ou seja, até 18% de desconto não tem cobrança. Melhorou-se a transparência, pois o processo corria tipo em segredo de justiça - agora está público o debate e as pessoas podem participar. Estreitou o diálogo não só com o Governo do Estado, mas com a sociedade, e colocou-se um elemento importante, um contador de veículos, uma banda de passagem que, ao identificar que há mais tráfego, mais veículos passando pela praça, a tarifa fica mais baixa. Isso que é importante. São importantes as mudanças. Claro que ainda não é o pedágio que o Paraná precisa, claro que não é o modelo ideal, mas, face ao monstro perverso que estava lá, caro e abusivo, melhorou bastante. Agora, vou aguardar. Amanhã é a assinatura de um passo importante para sair o edital. E o que importa para nós no debate do

pedágio? É o preço. Vamos aguardar o edital para defender a nossa agricultura paranaense. Discurso violento e de ódio não defende a agricultura; defende a agricultura se pronunciando e fazendo ações contra um pedágio abusivo, defende a agricultura tendo coragem de se manifestar, de repente até contra seu próprio Governo, porque no meu caso o meu interesse sempre foi e sempre será o Paraná e o seu povo. É isso que é defender! Sair aqui fazendo piadinha de mau gosto e atacando as pessoas não produz nada de positivo. A nossa Bancada aqui, preocupada com essa situação, vai dialogar para fazer ainda mais mudanças: para aumentar a tal da curva do aporte de 18 se possível para mais; para discutir o uso do dinheiro arrecadado; para garantir que as obras do pedágio aconteçam; e para que tenhamos segurança nas estradas. Não dá para ver relatos como o Doutor Antenor fez aqui e outras pessoas perdendo a vida nas rodovias que estão aqui hoje porque não tivemos um Governador, na época de 2021, com coragem de aceitar um debate sobre o pedágio porque era ano de eleição. Hoje estamos aí com as rodovias esburacadas, com mato à altura, sem sinalização, mas o momento é de construção, não é de criticar o passado, é de dar as mãos para construir o futuro, e construir o futuro significa debater o Paraná como um todo e de verdade. O pedágio puniu muito o Paraná, em especial o Interior do Estado - ele coloca barreira física e econômica que faz com que os preços no Interior fiquem mais caros que da Capital e da região portuária. E não podemos permitir que isso ocorra de novo, seja do Governo "A", do Governo "B", do Governo "C", não importa. O que importa é o Paraná e o seu povo, a sua economia. Temos indústrias que podem voltar a ir embora do Paraná por conta do pedagiamento caro, abusivo e agressivo. Temos corredores de exportações que, no lugar de levar para o Porto de Paranaguá, podem parar em Santa Catarina ou ir para Santos, e os produtos paranaenses irem para outro lugar por causa do pedágio caro poder voltar da forma que era. É essa a discussão central nossa. E por isso estamos pedindo para o Governo do Estado que amanhã seja firme e defenda o Paraná. Não podemos ter barreiras que não tragam melhorias para o Paraná como... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O pedágio passado, Presidente, cobrava tarifa de gente que morava na mesma cidade; o pedágio passado, na pandemia, sequer abriu a cancela para pessoas doentes se locomoverem para fazer o seu tratamento; o pedágio passado não cumpriu o contrato, não fez as obras; o pedágio passado lesionou o Paraná. Se não tivermos regras amanhã no convênio de cessão dizendo assim: *Se não fizer isso, não vamos dar as rodovias para o Governo Federal.* E acho que isso tem que estar claro, a defesa do Paraná em primeiro lugar. É isso que pedimos, é isso que vamos dialogar, Deputado Hussein, para que construamos um modelo que cuide do Paraná e não que faça o Paraná ser refém das garras da iniciativa privada. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Hussein Bakri, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente e demais colegas, ouvi atentamente o Deputado Arilson falar e gostaria de respeitosamente lhe responder que V.Ex.^a, quando se reporta ao pedágio passado, tem razão. A maior vergonha da história foi o pedágio passado. A maior! Preços abusivos, tinha praça com R\$ 25. Vinte e cinco reais! Não foram feitas as obras. Infelizmente, muita gente morreu por um descaso dessas empresas, dessas rodovias. E é por isso que o Governo do Paraná, capitaneado pelo Ratinho Júnior, tomou uma decisão, Presidente: Não renovou o contrato por alguns meses, como alguns queriam, emergencialmente, para que essas empresas, essas vergonhas do Paraná não continuassem aqui roubando o povo do Paraná. Foi por isso. É óbvio que um novo processo demora, não é da noite para o dia, mas, graças a Deus, o dia chegou. Amanhã, às 15 horas, o Governador vai assinar a delegação dos dois primeiros lotes em Brasília e, obviamente, vai colocar todas as necessidades do povo do Paraná. E tenho certeza de que teremos um pedágio compatível. Chegou-se a um acordo – um pouco para cá, um pouco para lá, mas o modelo ficou bom. Tenho

certeza de que teremos um pedágio bem mais barato do que tínhamos. Mas, o que é mais importante, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados que se debruçaram sobre o tema aqui, que fizeram Audiências Públicas, que trabalharam: a garantia de obras. Aquele pedágio passado não tinha ninguém no mundo que conseguisse que eles fizessem obras! Então, o que adianta pedágio sem obras? Quero dizer para vocês que o Governador estará amanhã em Brasília e certamente, Sr. Presidente, teremos um novo momento sobre o pedágio no Paraná. São os primeiros lotes.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, brevemente. Deputado Evandro Araújo, aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, lembro que quando votamos a autorização para a delegação e tentamos negociar um aprimoramento do texto, inclusive com a sua assessora, a nossa querida Izabel, fomos orientados que no momento da assinatura do termo de convênio teríamos a possibilidade de alguns itens serem garantidos, justamente nesse momento dessa assinatura. O Deputado Arilson fez alguns comentários hoje aqui, mas gostaria só de ressaltar, por exemplo, a questão dos moradores lindeiros das praças de pedágio. E explico por quê. Porque das vezes que falamos com a ANTT a respeito daquelas praças, das pessoas que moram muito próximas às praças, nos foi respondido que não teriam uma modelagem para isso, e que essa seria uma negociação *a posteriori* que a concessionária poderia fazer com os municípios, com os moradores e tudo. Mas, fica uma situação muito frágil. É o caso de Jataizinho, é o caso que foi citado aqui de Marialva a Mandaguari, é o caso de Corbélia, é o caso de tantos outros lugares, a Lapa, tantos outros lugares pelo Paraná. Se pudéssemos, nesta ocasião, ter algum apontamento para deixar os moradores que estão muito próximos, lindeiros às praças de pedágio livres dessa situação, resolveríamos um problema que vai com certeza aparecer no futuro. É só esse o registro. Muito obrigado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Primeiro quero cumprimentá-lo por levar à tribuna um tema tão importante e, ao mesmo tempo, fico satisfeito em saber que o Governador vai a Brasília fazer a formalização da delegação das rodovias estaduais ao Governo Federal, para que o processo licitatório possa efetivamente acontecer. Vossa Excelência é testemunha de uma conversa minha com o Governador, porque apresentei 10 emendas que queria ver aprovadas como instrumentos salvaguardas dos interesses do Paraná, quando votamos a lei de delegação das rodovias estaduais. Uma das emendas pelo menos, Excelência, creio eu, o Governador até à época tinha autorizado que aprovássemos, mas depois houve por bem pela Liderança e os encaminhamentos de não aprovar, que é justamente aquela que cria dentro do edital a obrigatoriedade que haja um Conselho Estadual, um conselho de gestão da malha estadual, para o Paraná ter uma interface em relação a esse contrato e a esses lotes durante o período de vigência do contrato de 30 anos. Penso que seria muito importante que o Governador pudesse colocar essa condição, porque ele é completamente favorável, nessa discussão que está tendo com o Governo Federal. Isso já foi posto por mim e pelo Deputado Arilson, tanto na ANTT, quanto no Ministério dos Transportes, quanto na Casa Civil da Governadoria, da Presidência da República, melhor dizendo, e há uma receptividade nisso. Entendo que é uma questão fundamental para que nós paranaenses tenhamos um mínimo de gestão sobre esse contrato, durante esse período de vigência de 30 anos. Senão quem vai ter domínio completo, sem nenhuma interface com o Paraná, vai ser a Agência Nacional de Transporte Terrestre. Queria manifestar aqui esta minha preocupação.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Dá-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Tenho três minutos apenas, senão vou perder meu horário.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Trinta segundos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está bom. Só quero dizer, Deputado Romanelli e Deputado Evandro, peço que coloquem no papel ou no WhatsApp, quero mandar isso para o Governador, tão logo termine a Sessão. É muito importante essas sugestões. Obrigado.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Obrigado, Deputado Hussein. Primeiro, a demora da assinatura não é culpa do Governador, sabemos disso; segundo, lembre o Governador de cobrar lá, em Brasília, que o Presidente Lula prometeu pedágio no Paraná – está gravado em vídeo – que ia custar R\$ 5,00 o pedágio. Peço que o Governador cobre, porque se não será um *fake news* e, se aprovar essa lei, o Lula vai para a cadeia. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Bom, os demais colegas aqui que tiverem alguma sugestão têm o meu compromisso de que vou conversar com o Governador no final da tarde, ainda hoje. Senhor Presidente, vi aqui alguém falando, Cloara, do Ratinho pai e não posso ir para casa sem fazer a defesa. “Coronel Ratinho pai”. É de uma infelicidade o chamar de Coronel, porque tudo o que ele não é, é Coronel. É simples, humilde, veio da base, humilde, pobre, trabalhava de madrugada para sobreviver. Ele criou seus filhos no trabalho e cresceu na vida. Hoje é um orgulho para o Paraná lá em São Paulo! Ou não é um orgulho? Segundo nacional em audiência. Então, não posso ir para casa, escutar uma, sabem, uma... Meu Deus do céu, nem vou falar o que penso em relação a esse comentário que foi feito aqui do “Ratinho Pai”! Não posso escutar. Ele é um orgulho para o Paraná. Só para finalizar, quero parabenizar o Governador pela atitude que teve. Ele esteve reunido em Brasília com a Frente Parlamentar do Agronegócio e assumiu uma postura de que aqui no Paraná as invasões não serão toleradas. Nós respeitamos o direito à terra, mas com parcimônia, com respeito. Quero reafirmar aqui a todos os colegas que trouxeram este tema a

debate: Aqui no Paraná é terra de lei. Aqui o Paraná não vai aceitar invasão de terra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (51 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO) (2 Parlamentares); e Deputado ausente sem justificativa: Alexandre Amaro (REP) (1 Parlamentar).

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 315/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública a Associação Cidadão Mirim de Rolândia; **Autuado sob o n.º 316/2023**, dos Deputados Doutor Antenor e Professor Lemos, que institui a carteira estadual de identificação da pessoa com epilepsia e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 317/2023**, do Deputado Thiago Buhrer, que altera a Lei n.º 17.555, de 30 de abril de 2013, para prever prioridade para mães que se dedicam ao cuidado de filhos com transtorno do espectro autista, para atendimento psicossocial no Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 318/2023**, do Deputado Adão Litro, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Tenistas de Pato Branco – ATPB, com sede no município de Pato Branco; **Autuado sob o n.º 319/2023**, dos Deputados Maria Victória e Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Amigos do Hospital da Criança de Maringá – Paraná-Brasil – AMIHC, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 320/2023**, da Deputada Maria Victória, que concede o título de utilidade pública à Federação Paranaense de Taekwondo – FPTKD, com sede no município de Londrina; **Autuado sob o n.º 321/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Carlos Barbieri; **Autuado sob o n.º 322/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública à Associação Amigos de Noé – Centro de Defesa e Proteção dos Animais e Meio Ambiente de Santo Inácio; **Autuado sob o n.º 323/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Profissionais da Polícia Científica, a ser realizado anualmente em 4 de dezembro; **Autuado sob o n.º 324/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Policiais Penais, a ser realizado anualmente em 30 de julho; **Autuado sob o n.º 325/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Guardas Municipais, a ser realizado anualmente em 10 de outubro; **Autuado sob o n.º 326/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Delegados de Polícia Civil, a ser realizado anualmente em 3 de

dezembro; **Autuado sob o n.º 327/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Profissionais dos Bombeiros, a ser realizado anualmente em 2 de julho; **Autuado sob o n.º 328/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Profissionais da Polícia Civil, a ser realizado anualmente em 21 de abril; **Autuado sob o n.º 329/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Profissionais da Polícia Militar, a ser realizado anualmente em 21 de abril; **Autuado sob o n.º 330/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o dia 21 de julho como o Dia Estadual do Desportista de Paintball; **Autuado sob o n.º 331/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o dia 29 de novembro como o Dia Estadual do Desportista de Airsoft; **Autuado sob o n.º 332/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a instituição da Campanha Estadual Permanente de Ações de Combate, Conscientização e Prevenção ao Casamento na Infância e Adolescência e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 333/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre o pagamento de meia-entrada para pessoas cadastradas em programas sociais de baixa renda, nos eventos e espetáculos que especifica no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 334/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a Semana de Seleção de Cães para as Polícias Penal, Militar, Civil e Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Paraná e institui o Selo Paranaense Canil Amigo da Polícia; **Autuado sob o n.º 335/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 336/2023**, da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Festa da Uva de Colombo; **Autuado sob o n.º 337/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública à Associação Iguaçuense de Sipalki-Do Dragão Dourado, com sede no município de Foz do Iguaçu; **Autuado sob o n.º 338/2023**, do Deputado Tercílio Turini, que altera a Lei n.º 11.097, de 25 de maio de 1995, alterada pela Lei n.º 15.165, de 14 de junho de 2006, que proíbe, em todo o território paranaense, a comercialização de brinquedos que disparem

projéteis através de pressão, bem como aqueles com características de armas verdadeiras e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 339/2023**, do Deputado Do Carmo, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor João Vitor Mazzer. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica da Redação Final.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 6/2023, de autoria da Deputada Maria Victória, que altera a Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**.

Os Itens 2, 3, 5 e 6 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 252/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Protetora dos Animais de Santo Antônio da Platina, com sede no município de Santo Antônio da Platina. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 426/2022, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede Título de Utilidade Pública para a Associação Desportiva e Recreativa de Barbosa Ferraz. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 8/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede o Título de Utilidade Pública à Anjo Azul - Associação de Atendimento e Apoio à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Norte do Paraná, com sede no município de Bandeirantes. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 135/2023, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede Título de Utilidade Pública Estadual à Academia Paranaense de Letras. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson Wandscheer, Luís Corti, Luiz Fernando Guerra, Deputada Maria Victoria, votou, Moacyr Fadel e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (48 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Moacyr Fadel, Nelson Justus e Ney Leprevost (6 Deputados).]** Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Moacyr Fadel.)**

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): O voto é “sim”, Presidente. Aqui não registrou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Fadel, devidamente registrado.

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 451/2022, de autoria do Deputado Requião Filho, que institui a semana de conscientização e incentivo à educação não violenta no âmbito do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Ana Júlia, seu voto, Adão Litro, Batatinha, Tito Barichello, Doutor Antenor, Evandro Araújo, Flávia Francischini, Soldado Adriano. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Nelson Justus e Ney Leprevost (4 Deputados).]** Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 451/2022.**

Item 8...

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É o Item 7, não o 8. *Pela ordem*, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): No Item 8,...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, vamos ao Item 7 por enquanto, Deputada. Na sequência é o seu.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 149/2023, de autoria do Deputado Bazana, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o dia de São José, a ser comemorado anualmente no dia 19 de março. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Adão Litro, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gugu Bueno, Romanelli, Reichembach, Renato Freitas e Tiago Amaral. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Nelson Justus, Ney Leprevost e Renato Freitas (5 Deputados).]** Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 149/2023.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 53/2023, de autoria da Deputada Maria Victória e do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a política estadual do hidrogênio renovável. Parecer favorável da CCJ. Com regime de Urgência.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Gostaria de agradecer de forma muito especial, Presidente, a presença do Presidente da Faep, Ágide Meneguette, e todos os servidores da Faep que vieram hoje nos prestigiar e acompanhar esta importante votação. Obrigada pela presença de todos amigos e amigas aqui presentes. Agradecer aos sindicatos rurais de Rio Negro, Araucária, Campo Largo, Colombo e São José dos Pinhais, aqui presentes, e principalmente demonstrar aqui a minha gratidão a todos os Deputados e Deputadas desta Casa de Leis, sem exceção, Deputados da Base de Governo e Deputados da Oposição, que contribuíram através das comissões temáticas e da CCJ, para esse Substitutivo Geral ao Projeto de Lei da Política do Hidrogênio Renovável caminhar nesta Casa. Peço desde já o apoio de todos para aprovação deste Projeto, que está tramitando na Casa desde fevereiro. Amanhã, teremos o evento do Governador Ratinho Júnior, às 9 horas da manhã, no Museu do Olho, em parceria com o Secretário de Planejamento Guto Silva, onde diversos palestrantes defenderão o hidrogênio verde, o hidrogênio cinza, azul, o hidrogênio renovável. A ideia é transformar a economia energética do Estado do Paraná e ser protagonista, no Brasil, com essa política estadual. Faz parte de um Governo inovador, um Governo moderno e que conta com a contribuição de cada um de vocês para gerar emprego e renda, e melhorar a qualidade de vida da população. Então, amanhã, o Governador, tendo aprovado o Projeto por V.Ex.^{as}, aqui na Casa, sancionará o PL, às 9 horas da manhã, no Museu do Olho, e fica o convite para todos participarem. Agradeço o Presidente Traiano, o Alexandre e todo o

Legislativo aqui, em nome do Dr. Dylliardi, todos os assessores da Casa que contribuíram com o andamento do Projeto. Obrigada a todos. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Presidente. Quero ressaltar primeiro a importância deste Projeto que debate o hidrogênio renovável, de autoria da Deputada Maria Victoria, mas antes também quero dizer sobre a importância do debate dos Projetos nesta Casa Legislativa. Semana passada, acabamos por tentar atropelar um debate que seria riquíssimo para todo o Estado do Paraná, mas também para esta Casa Legislativa. Com a contribuição também do Governo, conseguimos na CCJ debater amplamente o Projeto e, dessa forma, a bancada de Oposição também fez importantes modificações no Substitutivo Geral, o que torna este Projeto, desta maneira, sim, um Projeto para o Estado do Paraná e de toda a Assembleia Legislativa, um Projeto que de fato vai debater o hidrogênio renovável, a política fiscal, as questões socioambientais, mas também o retorno que isso vai dar para o Estado do Paraná. Com isso, pedindo também para todos os Deputados a aprovação do Projeto, reforço a necessidade de os Projetos nesta Casa serem amplamente debatidos, com tempo hábil de todos os Deputados participarem do debate, porque com isso o Estado do Paraná ganha, toda a população ganha e conseguimos aprovar Projetos cada vez melhores e mais apresentados para o Estado do Paraná. Então, agradeço a contribuição do Governo, que conseguiu aceitar as nossas Emendas Supressivas, como também as Emendas Aditivas, o que, dessa forma, tornou este Projeto muito melhor. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos submeter então ao voto o Projeto e na sequência o Substitutivo Geral, na Sessão Extraordinária. Em votação o Projeto. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto, Sr. Presidente. Pediria que todos os Deputados votassem “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Nelson Justus, Ney Leprevost e Renato Freitas (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^o 53/2023. (Aplausos.)

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 180/2023, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Karatê, Artes Marciais e Esportes Educacionais de Engenheiro Beltrão – AKAM-EDUC, com sede no Município de Engenheiro Beltrão. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença aqui do Reitor da Uenp, Fábio Neia, por solicitação do Deputado Romanelli. Seja bem-vindo. Deputado Goura, Deputada Flávia Francischini, seus votos. Deputado Matheus Vermelho, Deputado Professor Lemos e Renato Freitas, Ana Júlia, Anibelli e Deputado Romanelli. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto,

Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Nelson Justus e Ney Leprevost (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 180/2023.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 314/2023, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Tiago Amaral, que altera a Lei n.º 2.548, de 26 de dezembro de 1955, que cria o município de Cruzeiro do Sul, com território desmembrado de Nova Esperança, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”. Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Enquanto V.Ex.^a aguarda as votações, quero registrar entre nós a presença do Diretor Agrocomercial da Ceasa, o Paulo da Nova, que está com a Faep aqui prestigiando a Sessão. Quero agradecer a presença do Paulo e, em nome dele, o Eder, que faz um brilhante no Ceasa do Paraná, que é referência nacional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sejam bem-vindos à nossa Casa. Ainda pendentes os votos dos Deputados Batatinha, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Romanelli e Requião. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão**

*Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (48 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Nelson Justus, Ney Leprevost e Requião Filho (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 314/2023.***

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 33/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual relativa ao exercício financeiro de 2020 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson De Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes Da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José,**

Tercílio Turini, Thiago Bührer E Tiago Amaral (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Ney Leprevost, Renato Freitas e Ricardo Arruda (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Resolução n.º 33/2022.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 34/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual relativa ao exercício financeiro de 2020 do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Resolução n.º 34/2022.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 839/2023, dos Deputados Hussein Bakri, Requião Filho, Luiz Cláudio Romanelli, Do Carmo, Soldado Adriano José, Delegado Jacovós, Professor Lemos, Denian Couto, Anibelli Neto, Márcio Pacheco e Mabel Canto, requerendo a convocação de Sessões Extraordinárias na forma do art. 124, §2.º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 814/2023, do Deputado Do Carmo, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Presidente do time de futebol Maringá Futebol Clube, Sr. João Vitor Mazzer, pelo grande incentivo e visibilidade à prática do esporte, sendo digno do reconhecimento e congratulações por esta Casa; **Requerimento n.º 815/2023**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o registro com menção honrosa em memória póstuma ao Sr. Pedro de Paula Filho; **Requerimento n.º 816/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Paulo Cesar Marcondes, Capitão da 5.^a Companhia do Batalhão de Patrulha Escolar de Ponta Grossa, requerendo reforço no patrulhamento do Colégio Nossa Senhora da Glória; **Requerimento n.º 817/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de expediente ao Diretor – Geral do DER, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo melhorais na PR- 473, no trecho que liga a BR- 277 até Quedas do Iguaçu; **Requerimento n.º 818/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o envio de expediente ao Superintendente do DNIT no Estado do Paraná, requerendo informações sobre a execução da obra de acostamento e calçamento aos redores da passarela localizada na BR-277, no município de Paranaguá; **Requerimentos n.os 819 e 820/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento: da Sr.^a Albina Aurora Carboni; e do Ex-Prefeito de Mallet, Sr. Cesar Loyola Flenik;

Requerimento n.º 822/2023, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa pelas comemorações dos 76 anos da APP-Sindicato, comemorado no dia 26 de abril; **Requerimento n.º 824/2023**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, requerendo mais policiamento na área central de Curitiba; **Requerimento n.º 825/2023**, do Deputado Requião Filho, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por seus 50 anos de excelência; **Requerimento n.º 826/2023**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o registro de menção honrosa ao Monsenhor José Maria Nogueira; **Requerimentos n.ºs 827 a 833/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento dos Srºs: Gennaro Nicolella; Pedro de Paula Filho; Hermes Macedo Junior; Roberto Farid Gazal; Lenita de Camargo Izique; Maria Helena Kendrick Fiuza; e Miriam Raumph da Costa; **Requerimento n.º 836/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do renomado empresário e fazendeiro paranaense, Sr. Rubens Accorsi, aos 89 anos de idade; **Requerimento n.º 838/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor ao Sr. Alessandro Ribeiro, reconhecido agricultor, exemplo de gestor público de sucesso na administração do município de Leópolis, pelos benefícios e desenvolvimentos que trouxe àquela população e para toda a região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 840/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de louvor à Unimed Curitiba, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área da saúde e por ocasião da celebração dos seus 600 mil clientes; **Requerimento n.º 842/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Il.º Sr. Jorge Nei Neves, pela assunção ao cargo de Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (CEDI/PR) para o biênio 2023/2025 e pelos valorosos trabalhos realizados em defesa da causa dos idosos; **Requerimento n.º 843/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado requerendo a

alteração da Lei n.^º 21.327/2022, que instituiu o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 844/2023**, do Deputado Samuel Dantas, solicitando o registro de menção honrosa ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, Cel. Hudson Leôncio Teixeira, ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Sr. Sérgio Almir Teixeira, e aos Comandantes de Missões Especiais, do Batalhão de Choque e do BOPE, pelos serviços prestados à população paranaense; **Requerimento n.^º 845/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor aos diretores de escolas, professores e profissionais da área da educação, por ocasião do Dia da Educação, celebrado em 28 de abril; **Requerimento n.^º 846/2023**, do Deputado Moacyr Fadel, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Alfons Gardemann, pelos 60 anos de sua chegada no Brasil e os relevantes serviços prestados à sociedade paranaense; **Requerimento n.^º 847/2023**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações à Sr.^{ta} Isadora Venâncio de Oliveira, atleta procopense campeã e recordista no Campeonato Brasileiro Sub-20, realizado em São Paulo; **Requerimento n.^º 848/2023**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, requerendo policiamento no Distrito de Alto São Mateus, no município de Marmeleiro; **Requerimento n.^º 849/2023**, do Deputado Batatinha, requerendo à Mesa da Assembleia Legislativa, que o serviço médico disponibilize aos funcionários da Casa vacinação contra a gripe e atualização Covid-19; **Requerimento n.^º 850/2023**, do Deputado Bazana, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado requerendo a criação da Secretaria de Defesa da Pessoa com Deficiência.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.^º 821/2023, da Deputada Marli Paulino e do Deputado Goura, requerendo a inclusão do Deputado Goura como coautor do Projeto de Lei n.^º 288/2023; **Requerimento n.^º 823/2023**, da Deputada Maria Victória e dos Deputados Alexandre Curi e Luís Corti, requerendo a inclusão do Deputado Luís Corti como coautor do Projeto de Lei n.^º

53/2023; **Requerimento n.º 834/2023**, dos Deputados Soldado Adriano José, Ricardo Arruda, Delegado Jacovós, Tiago Amaral, Cloara Pinheiro, Adão Litro, Matheus Vermelho, Delegado Tito Barichello, Alexandre Amaro, Flávia Francischini e Luís Corti, requerendo a alteração da denominação da “Frente Parlamentar de Apoio e Defesa dos Direitos dos Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CAC’s), dos Clubes de Tiro e Lojas de armamento e munições; **Requerimento n.º 835/2023**, dos Deputados Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Alisson Wandscheer, Moacyr Fadel, Tiago Bührer, Gugu Bueno, Adão Litro, Maria Victória, Soldado Adriano José, Ademar Traiano, Artagão Junior, Luís Corti e Nelson Justus, requerendo a constituição da Frente Parlamentar dos Geradores de Energias Renováveis na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 837/2023**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando autorização para se ausentar do País em Missão Oficial, no período de 7 a 12 de maio de 2023, para compor a Comitiva Governamental aos Estados Unidos da América.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando **três Sessões Extraordinárias** na sequência e uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 3 de maio de 2023, às 9h30, com as seguintes **Ordens do Dia: I Extraordinária**, 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 53/2023 e 314/2023; **II Extraordinária**, 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 53/2023; **III Extraordinária**, Redação Final do Projeto de Lei n.^º 53/2023; e **Ordinária**, 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 180 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 33/2022 e 34/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 520/2022, 106/2023, 209/2023 e 244/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h47, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)